LÍNGUA E INTEGRAÇÃO: Reflexões sobre as experiências na aplicação de provas de português para migrantes internacionais

Luciana Harumi dos Santos Sakano[1]; Ana Verônica de Oliveira Collyer[2]; Rocio Quispe Yujra[3]

INTRODUÇÃO

A integração de migrantes internacionais por meio da aprendizagem do português como língua adicional emerge como um dos desafios mais significativos e complexos dos estudos migratórios contemporâneos. Quando falamos sobre avaliação de proficiência linguística em contextos de naturalização, estamos tratando muito mais do que simples testes burocráticos. Estamos diante de um processo que pode abrir portas para a inclusão social ou, quando mal conduzido, pode reforçar as barreiras invisíveis que materializam processos de exclusão. A Lei de Migração brasileira, Lei nº 13.445/2017, que tem como horizonte promover integração, por meio de inclusão social, laboral e produtiva de migrantes com garantia de acesso igualitário a todos os serviços públicos. Contudo, também estabelece a necessidade de comprovação de proficiência em português como requisito para naturalização. Na prática, a exigência do português como requisito para a naturalização revela uma contradição profunda: enquanto o Estado brasileiro celebra sua diversidade cultural, continua amarrado a uma visão monolíngue que trata a língua mais como barreira do que como ponte (SCARAMUCCI; DINIZ, 2022). Enquanto sociedade, precisamos nos perguntar: estamos usando a língua como chave que abre portas ou como teste que seleciona quem é "digno" ou “digna” de pertencer ao Brasil?

No estado de São Paulo, onde se entrelaçam tantas histórias de recomeço, a prova de português como língua adicional representa muito mais que um requisito legal para a pessoa migrante: torna-se um “rito” de passagem para a garantia de sua cidadania plena no Brasil. As experiências das avaliações presenciais de língua portuguesa para migrantes realizadas pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP) entre 2022 e 2025 demonstram que é possível construir caminhos mais inclusivos, nos quais uma certificação de proficiência, adequadamente elaborada e aplicada de forma mais acessível, pode se converter em efetivo mecanismo de promoção da cidadania, indo ao encontro dos avanços previstos na Portaria nº 623, de 13 de

[1] Doutoranda em Mudança Social e Participação Política pela USP, e-mail: lucianaharumix@gmail.com;
[2] Especialista em Gestão de Pessoas pela UNINOVE, e-mail: veronicacollyer@ifsp.edu.br;
[3] Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Sumaré e ativista pelos direitos dos migrantes, e-mail: rocio@ifsp.edu.br.

novembro de 2020, que apresentou significativo progresso ao ampliar as possibilidades de comprovação da proficiência linguística.

OBJETIVOS

Este trabalho apresenta uma análise inicial sobre a experiência do IFSP na aplicação de provas de proficiência em português para migrantes internacionais entre 2022 e 2025, examinando seu papel nos processos de integração social e cidadania. Busca-se avaliar os resultados alcançados, os desafios enfrentados na adequação dos instrumentos avaliativos às necessidades reais de migrantes, e as contribuições desta prática para a implementação local da Portaria nº 623/2020. O trabalho se justifica por oferecer reflexões concretas sobre políticas públicas de acolhimento linguístico, com dados empíricos coletados na atuação direta com comunidades migrantes no estado de São Paulo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A língua não é meramente uma ferramenta de comunicação, mas um fio condutor que tece a relação entre o migrante e sua nova sociedade. Assim sendo, trata-se de elemento de exclusão/inclusão nos processos migratórios (Sayad, 1998). Como debatido por Lopez *et. al.* (2025), por meio do aprendizado do português, migrantes no Brasil conquistam acesso não apenas a serviços básicos, mas à possibilidade de serem ouvidos e ouvidas, compreendidos e compreendidas e, finalmente, de pertencer. Nesse sentido, o ensino português para migrantes deve ser construído sobre pilares de respeito e acolhimento, sob um enfoque comunicativo e sensível às diversidades culturais. Deve, assim, ter caráter extensionista, sendo uma via de mão dupla que permite que migrantes sejam protagonistas de suas próprias histórias, posto que se compreende sua capacidade de integração ao novo território, além de respeitar trajetórias pessoais, culturais e repertórios linguísticos como elementos constitutivos de seu direito à cidade e à cidadania. Esses preceitos extensionistas são defendidos por Camargo e Bizon (2024) como elementos necessários para políticas de acolhimento de migrantes.

A perspectiva de Saskia Sassen (1991) sobre as "cidades globais" nos ajuda a entender São Paulo como palco dessas transformações. Em sua obra seminal, Sassen nos mostra como as metrópoles se tornam laboratórios vivos de inclusão e exclusão, nos quais as políticas linguísticas podem tanto construir pontes, quanto erguer muros. Quando um haitiano aprende a preencher um formulário no Poupatempo, ou quando uma venezuelana consegue pela primeira

vez explicar seus sintomas em um hospital, testemunha-se o poder transformador da língua como instrumento de cidadania.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é fruto de análise documental e de reflexões coletivas desenvolvidas no bojo das ações realizadas ao longo de quase 3 anos, mais precisamente de agosto de 2022 até o presente momento. A aplicação da prova presencial de português contou com a colaboração de muitas pessoas que qualificaram e contribuíram com o seu desenvolvimento. Hoje, chegamos a um modelo que tem impulsionado as aplicações, aprimorando o diálogo durante as provas e ampliando a divulgação de forma a alcançar novos públicos.

Em São Paulo, o processo foi iniciado por meio da colaboração entre Gabriel Silioni, coordenador de Extensão do Campus Sorocaba, e Maria Winnifred Lee Ay Sie, assistente social, migrante da Indonésia e destacada liderança no acolhimento de migrantes. Ela desempenhou um papel crucial no desenvolvimento das avaliações na cidade de Sorocaba, assim como Johnny Alouizor, importante liderança no acolhimento de migrantes, migrante do Haiti e estudante do Campus Campinas do IFSP. No âmbito interinstitucional, a articulação entre a coordenadora do acordo de cooperação, Luciana Sakano, e a coordenadora de apoio à gestão, Priscila Aquino, viabilizou a adesão ao edital de chamamento do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) que tinha por objetivo ampliar e democratizar a aplicação de provas presenciais para migrantes. Gabriela Arduino, então Pró-reitora de Extensão do IFSP, apoiou e buscou viabilizar a ação desde o início, garantindo financiamento institucional para realização das provas. Após firmada a parceria, foram convidadas para compor a coordenação da ação Ana Verônica Collyer, por seu destacado trabalho na Assessoria de Relações Internacionais do IFSP, e Rocio Yujra, devido a sua importante atuação no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFSP, bem como no *Coletivo Sí Yo Puedo!* que atua, especialmente, com a promoção de direitos educacionais e a inclusão produtiva da população migrante.

Com equipe formada e apoio institucional, buscou-se a parceria com outros *campi* do IFSP que se interessassem em ser *locus* da aplicação da avaliação, permitindo capilarizar a ação. Contando com a parceria, especialmente, das Coordenadorias de Extensão dos *campi*, além de outras pessoas que colaboraram em diversas frentes, foram realizadas avaliações nas seguintes cidades: Araraquara, Avaré, Campinas, Guarulhos, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Jundiaí, Piracicaba, São Paulo e Sorocaba. Além da comunicação interna, foi aberto um formulário de manifestação de interesse para que as pessoas que concluíram cursos online que as habilitam a

realizar a prova pudessem indicar suas preferências de locais, buscando que a prova ficasse mais acessível. O formulário conta com cerca de 350 participações desde sua abertura em 2023.

Semestralmente, é lançado um edital de chamamento para provas com os locais, datas e horários, no qual as pessoas interessadas podem se inscrever. O processo de avaliação de proficiência em língua portuguesa para migrantes foi inicialmente concebido para atender todas as pessoas inscritas em uma única turma. No entanto, a heterogeneidade cultural e educacional dos candidatos demandou a divisão em turmas menores, com limite de 15 participantes cada, permitindo até duas aplicações diárias. A prova, estruturada em quatro partes (compreensão auditiva, leitora, expressão escrita e oral), é aplicada em três salas distintas para otimizar o fluxo e respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem. Essa organização garante maior eficiência e adaptabilidade ao processo. Antes da prova, um momento de acolhimento é dedicado à explicação das regras, ao esclarecimento de dúvidas e à divulgação de informações sobre oportunidades educacionais e sobre o processo de naturalização. Essa abordagem busca reduzir a tensão associada à avaliação, incentivar a continuidade dos estudos e democratizar informações sobre a naturalização. Desde o início da ação, foram atendidas pessoas de mais de 35 países diferentes, como Afeganistão, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Congo, Cuba, Egito, Equador, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, França, Guiné, Haiti, Hungria, Irã, Itália, Líbano, Marrocos, Moldávia, Nicarágua, Nigéria, Panamá, Peru, Reino Unido, Rússia, Senegal, Síria, Tunísia e Venezuela. Com cerca de 500 pessoas diretamente atendidas, dentre as quais 459 conseguiram seus certificados de comprovação de proficiência em português.

ATIVIDADE EXTENSIONISTA

A ação de extensão intitulada “aplicação de avaliação presencial de língua portuguesa para estrangeiros, imigrantes e refugiados” nasceu de um acordo de cooperação entre IFRS e o IFSP. Além da relação interinstitucional, considerando a tríade extensionista, servidores(as)/estudantes/sociedade, destaca-se a participação de três lideranças pelo direito de migrantes que participam da ação e atuam em diferentes espaços: Rocio, servidora, Winny, representante da sociedade, e Johnny, estudante.

CONSIDERAÇÕES

A experiência do IFSP na aplicação de provas de proficiência em português para migrantes entre 2022 e 2025 demonstra que é possível conciliar exigências legais com práticas

extensionistas inclusivas, transformando a avaliação linguística em um instrumento de acolhimento e integração. A adoção de turmas reduzidas, a estruturação flexível do exame em três salas distintas e o momento pré-prova dedicado ao acolhimento e orientação revelaram-se estratégias eficazes para respeitar as diversidades culturais e educacionais dos candidatos, mitigando o caráter excludente que avaliações formais muitas vezes assumem.

Os resultados alcançados, mais de 450 certificações emitidas para migrantes de 35 nacionalidades, reforçam a importância de políticas linguísticas que dialoguem com as realidades migratórias. A articulação entre instituições públicas, lideranças migrantes e a sociedade civil se mostrou fundamental para garantir acesso democrático à certificação, alinhando-se aos princípios da Portaria nº 623/2020. Contudo, permanece o desafio de ampliar essa rede, combatendo a visão monolíngue e consolidando o português como ponte, e não barreira, para a cidadania plena. A experiência aqui compartilhada evidencia que, quando a avaliação linguística é pensada como ação extensionista, pode transcender seu papel burocrático, tornando-se um ato político de reconhecimento e pertencimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao IFRS pela ação pioneira de democratizar a oferta de cursos de português para migrantes, além da realização de provas presenciais. Também agradecemos ao IFSP por apoiar e garantir a realização da importante ação debatida neste trabalho.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, H. R. E.; BIZON, A. C. C. Migrantes de crise e PLAc: esclarecendo conceitos e evidenciando políticas públicas. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Migrações e refúgio: temas emergentes no Brasil**. Campinas: NEPO/Unicamp, 2024. p. 219-229. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/wp-content/uploads/2024/09/migracoes-e-refugio-temas-emergentes-no-brasil.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

LOPEZ, A. P. de A.; DINIZ, L. R. A.; BIZON, A. C. C. (Org.). **Vamos juntos(as)!** Curso de Português como Língua de Acolhimento - Organizando minha vida. Campinas: NEPO/Unicamp, 2025. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/wp-content/uploads/2025/03/vamos-juntos-1-livro-do-aluno-2025.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

SCARAMUCCI, M. V. R.; DINIZ, L. R. A. Avaliação de proficiência em português em processos de naturalização no Brasil. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 38, n. 4, 2022, e202259473. https://doi.org/10.1590/1678-460X202259473.